

“Unidades dominadas”: uma análise da interação entre agentes distintos de um ponto de vista relacional

Fábio Mallart

(Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo)

Introdução

Este trabalho consiste em uma tentativa de analisar a interação estabelecida entre agentes distintos no contexto das “unidades dominadas”, de um ponto de vista relacional. Ao adotar tal ponto de vista, distancio-me das perspectivas que buscam compreender o “ponto de vista nativo”. Opto por olhar para uma relação estabelecida, na prática, entre os agentes envolvidos em tal contexto e levar em consideração o fato de que estes ocupam posições distintas em uma arena de disputa. É importante salientar que os agentes envolvidos no contexto das “unidades dominadas”, tais como “disciplinas”, “população”, “pedagógicos”, “educadores”, “diretores” e “funças”, serão constituídos com maior propriedade durante a pesquisa de mestrado. Portanto, ao longo deste trabalho, tais agentes aparecem enquanto categorias de classificação mobilizadas nas narrativas dos sujeitos pesquisados.

Em um primeiro momento, apresento um panorama das “unidades dominadas” buscando atentar para a interação estabelecida entre os distintos agentes. No entanto, antes de ater-me propriamente às interações entre tais agentes proponho-me a refletir acerca de minha posição como fotógrafo. Esta parece ser uma questão chave, pois considero que determinada inserção em campo, assim como os métodos empregados pelo etnógrafo durante a realização da pesquisa, implicam no estatuto do conhecimento científico produzido.

Em seguida, procuro compreender a comunicação estabelecida, na prática, entre os agentes envolvidos em tal contexto. Neste sentido, torna-se necessário compreender o código mobilizado pelos agentes para que uma prática de comunicação se torne possível. Este código consiste em uma convenção de significação compartilhada pelos agentes, o que não significa que haja entendimento entre estes, e sim, uma espécie de consenso em torno de um referente. Resultados parciais da pesquisa apontam para uma categoria central mobilizada por tais agentes: “o certo”. Ao analisar a interação entre agentes distintos envolvidos em um contexto específico me aproximo da teoria da mediação cultural (Montero, 2006), assim como das análises de Pierre Bourdieu (2007).

“As dominadas”

É importante salientar que minha pesquisa de mestrado não trata da Fundação CASA (antiga FEBEM) como um todo. Diferentemente, opto por centrar minhas análises em unidades de internação específicas¹. Ao longo do extenso período de campo, aproximadamente cinco anos, pude observar que em algumas unidades de medida sócio-educativa de internação², conhecidas como “unidades dominadas”, regras institucionais fundem-se às regras informais impostas pelos próprios adolescentes. Normas que estipulam condutas e vestimentas adequadas para um dia de visita, negociações e impedimentos relativos ao contato entre os internos e os funcionários, diferenciações entre os próprios jovens. Estas regras constituem uma categoria “nativa”, denominada pelos próprios adolescentes como “disciplina”, sendo este termo empregado como meio de diferenciação entre as “unidades dominadas” e as unidades conhecidas, na fala “nativa”, como “na mão dos funcionários”. No entanto, torna-se necessário distinguir entre “ter disciplina” e, portanto, seguir regras informais de funcionamento da unidade e do “mundo do crime” e “ser disciplina”, ou seja, fazer parte de um grupo que se divide em função de certas categorias hierarquizadas, sendo este grupo, reconhecido como “disciplinas”, responsável pela implantação e manutenção das regras informais dentro das “unidades dominadas”. Estes se dividem em “vozes”³, “encarregados”, “faxinas” e “setores”, sendo que cada subgrupo é responsável por atividades específicas no interior das unidades de internação. Tais agentes se diferenciam da “população”, categoria “nativa” ocupada por adolescentes que não fazem parte do grupo de líderes. Como já assinalado, os agentes envolvidos em tal contexto, tais como “disciplinas”, “população”, “pedagógicos”, “educadores”, “diretores” e “funças”, serão constituídos com maior propriedade ao longo da pesquisa de mestrado⁴.

¹ É preciso enfatizar que a constituição da Fundação CASA, enquanto instituição de controle social, assim como das unidades de medida sócio-educativa de internação, está relacionada a um conjunto de processos históricos nos quais se articularam instituições judiciárias e religiosas, organizações não-governamentais, políticas públicas, pesquisadores etc.

² As unidades de internação, de maneira geral, podem ser divididas em dois grupos: “unidades de circuito leve e médio”, caracterizadas por abrigar adolescentes que cometeram furtos e as “unidades de circuito grave”, locais que abrigam adolescentes que cometeram homicídios, latrocínios e seqüestros etc.

³ “Vozes” e “encarregados”, por exemplo, participam de negociações com “diretores” das unidades de internação. Negociações com outros agentes tais como “educadores” e “pedagógicos”, envolvem, em especial, os “faxinas”. Estes distribuem os alimentos, limpam o pátio interno e os quartos das unidades, negociam aparelhos de som e televisores, controlam quem entra e sai do pátio das unidades. Durante esta proposta de trabalho não pretendo me aprofundar em relação às interações mantidas entre tais agentes. Volto minhas atenções para as interações que envolvem “disciplinas”, “população”, “pedagógicos”, “educadores”, “diretores” e “funças”.

⁴ Para esta proposta de trabalho considero “os pedagógicos” como funcionários da instituição que fazem parte do setor pedagógico das unidades de internação da Fundação CASA. Quanto aos “educadores”, refiro-me aos professores que ministram cursos profissionalizantes e atividades culturais. A realização de atividades esportivas, culturais, profissionalizantes e de lazer fazem parte dos direitos dos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 124). Em relação aos “funças”, estes são os funcionários do setor de segurança que atuam no interior das unidades (funcionários de pátio), bem como fora delas (seguranças terceirizados contratados pela Fundação).

“O fotógrafo-etnógrafo”

Em “*Poder e diálogo na etnografia: iniciação de Marcel Griaule*”, James Clifford (1998) discorre sobre as técnicas etnográficas empregadas por Griaule em seu trabalho de campo desenvolvido na África Ocidental, em especial, junto aos dogon. Tais análises parecem-me sugestivas, pois possibilitam algumas reflexões entre a minha inserção em campo como fotógrafo, no contexto das “unidades dominadas”, e os “estilos e táticas de pesquisa” empregados por Griaule (Clifford, 1998:204).

Tal como sugerem as análises de Clifford, o trabalho de campo desenvolvido por Griaule caracterizava-se por uma espécie de jogo tenso entre “nativos” e etnógrafo, uma luta contínua pelo controle do encontro etnográfico. Griaule escavava vestígios funerais contra a vontade dos habitantes locais, despertava disputas entre os “nativos” com o objetivo de obter informações reveladoras, fazia promessas aos seus “informantes”. Os dados colhidos em campo dependiam das provocações feitas pelo etnógrafo aos “nativos”, uma vez que estes faziam questão de esconder suas tradições ocultas. Griaule era um etnógrafo que observava de forma intrusiva. “[...] na verdade Griaule nunca se pensou como um participante neutro. Sua pesquisa era manifestamente uma intrusão, ele nunca pretendeu que fosse de outro modo” (Clifford, 1998:206).

As relações tensas e conflituosas estabelecidas entre Griaule e “seus informantes”, assim como suas técnicas e táticas de pesquisa empregadas em campo, parecem sugestivas para pensar minha inserção em campo como fotógrafo, principalmente no que concerne às relações que estabeleço com os distintos agentes em tal contexto. Nestes locais, os conflitos entre “disciplinas”, “população”, “pedagógicos”, “educadores”, “diretores” e “funças” são constantes. Roupas, alimentos, cigarros, frequência escolar, drogas, celulares e televisores são produtos de uma negociação contínua e sempre tensa. Um cenário específico, em que surge uma questão instigante: de que “lugar” observo os embates entre estes distintos agentes?

Para refletir acerca desta questão é preciso levar em consideração o fato de que tais agentes mostram-se receosos quanto à possível divulgação de imagens fotográficas relativas às unidades de internação. Se por um lado, a inserção em campo como fotógrafo causa constante desconfiança por parte de “diretores”, “funças” e “pedagógicos”, o que me coloca, de certa maneira, em uma relação de embate com os mesmos, por outro, a própria relação divergente que estabeleço com tais agentes me aproxima dos “disciplinas”. A inserção como fotógrafo⁵ possibilita um acesso privilegiado ao

⁵ Desde 2004, as aulas de fotografia fazem parte das atividades que desenvolvo na Fundação CASA. As imagens, “clicadas” pelos próprios adolescentes, podem ser divididas em dois grupos: ensaios fotográficos sobre temas diversos, como cotidiano, dia de visita e medida sócio-educativa e retratos individuais dos jovens. Em relação aos retratos, durante as sessões fotográficas, pude observar a mudança corporal dos “disciplinas”, a simulação de armas com as

Trabalho proposto para apresentação no I ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito
Universidade de São Paulo – 20 e 21 de agosto de 2009

grupo de líderes. Invariavelmente, o curso de fotografia conta com a participação exclusiva dos “disciplinas”⁶. Contudo, não basta pensar que a relação estabelecida junto a estes agentes seja harmônica, uma vez que estes, também desconfiam do destino dado às imagens, assim como das relações que estabeleço com os outros agentes fora do espaço físico das unidades de internação, tais como “diretores” e “funças”.

A partir das problematizações suscitadas acima, parece estimulante refletir acerca de uma questão: no contexto das “unidades dominadas”, enquanto fotógrafo e etnógrafo, torno-me uma espécie de “observador-provocador de desconfianças”. Ao transitar pelos espaços institucionais com o equipamento fotográfico e interagir com os distintos agentes, gero desconfianças por parte daqueles que vivenciam uma constante relação de tensão. No entanto, não se trata de uma postura apenas passiva, o que levaria a supor que qualquer fotógrafo, por si só, despertasse determinadas tensões. Trata-se de estimular desconfianças, de provocá-las. Uma espécie de jogo de dúvidas, no qual as desconfianças por parte de tais agentes, quando estimuladas, constituem o princípio de interação, uma vez que estes, a todo o momento, desejam esclarecimentos sobre a conduta daquele que é visto com desconfiança.

É importante ressaltar que estabelecer vínculos, quaisquer que sejam, com “disciplinas” e “diretores”, apresenta-se como uma árdua tarefa. Ora, para que se estabeleça uma relação é preciso que haja uma possibilidade de interação, independentemente do estatuto inicial dado a essa interação. Ao “provocar” desconfianças, dúvidas e inquietações, tais agentes aproximam-se para, no mínimo, tirar satisfações e exigir esclarecimentos. Minha hipótese é de que a desconfiança provocada pelo fotógrafo-etnógrafo e, obviamente, pela câmera fotográfica, constitui o princípio fundamental para que se estabeleça uma situação de interação. E é justamente esta desconfiança que me permite acessar os distintos agentes envolvidos em tal contexto.

A câmera fotográfica: objeto de disputa e produção de dados

Problematizar as questões suscitadas acima acerca de minha inserção em campo como fotógrafo, implica em atentar para os dados que podem ser obtidos a partir de tal inserção. Trata-se de colocar em questão o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. Bittencourt enfatiza que “a antropologia, desde os seus primórdios, preocupa-se em utilizar meios visuais para representar a realidade social da qual se ocupa, particularmente na representação gráfica da

mãos, as correntes de prata penduradas e as camisetas de marca, que, muitas vezes, diferem das que são utilizadas pela “população”. Ao todo, durante o extenso período de campo, reuni um corpus fotográfico considerável, com aproximadamente 800 imagens.

⁶ Torna-se necessário problematizar o interesse que a fotografia desperta em relação aos “disciplinas”. Correntes de prata, camisetas de marca, relógios e óculos escuros circulam somente entre os “disciplinas”. Neste sentido, me parece que a câmera fotográfica e as fotografias, assim como tais objetos, são mobilizadas como instrumentos que diferenciam “os líderes” dos “não-líderes”.

disposição espacial das comunidades estudadas, das peças de cultura material ou dos participantes de um ritual” (1998:197). Segundo a autora, esta tendência restringe o uso da imagem fotográfica, em antropologia, a uma mera gravação da realidade. Neste sentido, as imagens, quando publicadas, assumem caráter ilustrativo.

Nesta proposta de trabalho, parto do pressuposto de que a câmera fotográfica, no contexto das “unidades dominadas”, torna-se um instrumento privilegiado para a obtenção de dados. Nas análises empreendidas por Attané & Langewiesche (2005) a câmera fotográfica é operada por um fotógrafo, as duas antropólogas contam com o auxílio de um “profissional da imagem”. Por sua vez, Guran (2000), pressupõe que a produção de imagens fotográficas é uma tarefa a ser desempenhada pelo próprio etnógrafo.

Nas “unidades dominadas”, opto por outro caminho. Em momentos pontuais, introduzo a câmera no interior das unidades de internação sem, no entanto, definir um tema para as fotografias. Esta técnica de pesquisa produz efeitos reveladores. Em primeiro lugar, noto que a “população” rejeita o equipamento de antemão, mas durante as sessões fotográficas pede autorização aos “disciplinas” para manuseá-lo. Entre os participantes do curso, invariavelmente “disciplinas”, observo que a disputa pelo equipamento desvela certa organização hierárquica. Enquanto “encarregados” e “faxinas” disputam a câmera fotográfica, o que me permite observar a supremacia dos primeiros em relação aos “faxineiros”, pois estes acabam monopolizando o instrumento, “os setores” reivindicam o uso da câmera, mas sequer encostam no equipamento. Ao mesmo tempo, basta que os “vozes” solicitem a câmera para serem prontamente atendidos. Neste sentido, a câmera fotográfica surge como um instrumento que suscita interesse por parte dos “disciplinas” e, portanto, engendra disputas. É a presença do equipamento fotográfico que, ao gerar tais disputas, fornece pistas sobre a organização hierárquica⁷ presente em tal contexto.

A disputa pela composição das imagens fotográficas

É importante salientar que nas “unidades dominadas”, os “disciplinas” produzem suas próprias fotografias. Este é um procedimento metodológico que traz resultados relevantes para a pesquisa. Durante as sessões fotográficas realizadas em tais unidades, a inserção da câmera e, conseqüentemente, o processo de produção de imagens, não só tornou evidente a organização hierárquica entre os “disciplinas”, mas possibilitou-me um acesso privilegiado às regras de conduta que organizam o cotidiano de tais agentes. O trecho abaixo, descrito em meu caderno de campo

⁷ Como explicitado acima, ao disponibilizar a câmera fotográfica para que “os disciplinas” manuseassem o equipamento, obtive dados importantes relativos à organização hierárquica entre os jovens. Estes dados foram cruciais para que eu elaborasse uma das hipóteses de meu projeto de pesquisa: nas “unidades dominadas”, suponho que a hierarquia presente entre “os disciplinas” seja uma espécie de hierarquia em espelho, ou seja, constituída em relação à hierarquia presente entre os funcionários da instituição. Esta questão precisa ser aprofundada.

(Complexo Raposo Tavares, janeiro de 2009), refere-se a uma sessão fotográfica:

“É dia de visita, as mães dos adolescentes estão no pátio. O “voz” da unidade coordena a sessão fotográfica. O adolescente a ser fotografado (“população”) se posiciona, olha para a câmera e dá um sorriso. Os “disciplinas” que acompanham a sessão ficam furiosos: “tá loco maluco, vai saindo risadinha pra foto. Postura de ladrão vagabundo!”. O adolescente muda a postura. Fica sério, estufa o peito e simula um fuzil com as mãos. Uma educadora (“pedagógicos”) que também acompanha a sessão se aproxima de mim e diz: “Esses meninos adoram sair nas fotos com essa cara de bandido. Não deixa não professor, senão vai sobrar pro senhor”. Me aproximo do “voz” e do adolescente a ser fotografado. Converso com eles. O jovem disfarça, muda a postura, e agora mantém apenas um revólver na mão direita. O “voz” bate a foto. Outro jovem (“população”) se aproxima. Se posiciona. Cruza os braços. Sua camiseta levanta. Dá pra ver um pequeno pedaço de sua barriga. O “voz”, irritado, se dirige ao adolescente. O jovem vai embora sem tirar a fotografia. Me aproximo do “voz” e pergunto: “o que aconteceu?”. “Maluco vacilão professor, fica mostrando a parte íntima mesmo sabendo que tem visita na cadeia”. Ao sair da unidade, um dos seguranças (“funças”) se aproxima de mim e diz: “como é que o senhor deixa esses adolescentes saírem com essa pose de bandido? Eles estão aqui para serem reeducados professor”. Na semana seguinte, mostrei as imagens ao diretor da unidade, que censurou algumas fotos. Segundo ele: “tão tudo com cara de bandido professor. Vai te que refaz pelo menos algumas”. Refiz algumas imagens, o que gerou enorme descontentamento por parte dos jovens. Destaco que todas as fotos em que os jovens simulavam fuzis foram refeitas. No entanto, o diretor deixou passar alguns revólveres”.

O trecho descrito acima aponta para a pertinência de, no contexto das “unidades dominadas”, atentar para o processo de produção de imagens fotográficas. Como já assinalado, observar tais processos permite um acesso privilegiado às regras de conduta que organizam a experiência social da internação. Os processos fotográficos colocam em cena “disciplinas”, “população”, “pedagógicos”, “educadores”, “diretores” e “funças”, e apontam para um embate em torno das imagens. Apenas a título de hipótese, considero que há uma disputa em torno de definir, *na* e *pela* imagem fotográfica, uma representação do adolescente que cumpre medida sócio-educativa de internação. Os “disciplinas” tentam construir, por meio da fotografia, a figura “do bandido”, “do ladrão”. Durante as sessões fotográficas compõem o cenário de tais imagens: tiram fotografias atrás das grades, escolhem os ambientes mais deteriorados no interior das unidades, desenham o símbolo do PCC (Primeiro Comando da Capital) em suas camisetas, simulam armas

com as mãos. Por sua vez, “diretores”, “funças”, “pedagógicos” e “educadores” rechaçam tal representação e reivindicam outra imagem: a do adolescente que necessita de recuperação.

Bittencourt (1998), ao utilizar a imagem fotográfica em sua pesquisa junto aos moradores de Roça Grande, Minas Gerais, analisa o processo de produção de fotografias por parte dos próprios moradores. A autora aponta para a existência de um processo de negociação entre o fotógrafo e os participantes da imagem. No entanto, em suas análises, este processo de negociação assume um caráter harmônico. Os atores sociais compõem, em conjunto, a imagem fotográfica. Não há embate.

Nas “unidades dominadas” também é possível verificar tal negociação entre os agentes envolvidos, mas em tal contexto esta negociação está longe de ser harmônica. O processo de produção de imagens fotográficas, em especial, dos retratos fotográficos, assume um caráter de embate, no qual os agentes disputam a composição de tais imagens. Não se trata de uma negociação entre o fotógrafo e os participantes da imagem, ou seja, aqueles que serão fotografados. O processo de composição da fotografia conta com a participação de “diretores” e “funças”, assim como de um mediador, no caso, o fotógrafo-etnógrafo. É importante ressaltar que o conflito entre tais agentes não impossibilita que estes estabeleçam um acordo em relação à composição de tais imagens. Acordo que é constituído ao longo da produção de imagens fotográficas e que institui o mediador como figura central em um processo de negociação de significados. Portanto, é possível supor que uma representação específica do adolescente em medida sócio-educativa de internação emerge de tal embate. Ao entrar em interação, na disputa pela definição de uma composição da imagem fotográfica, os agentes constroem outra representação de tal adolescente (basta recordarmos o relato descrito acima, no qual o diretor permitiu que alguns adolescentes simulassem revólveres, mas não fuzis).

Interação e comunicação no contexto das “unidades dominadas”

É no cotidiano, nas incessantes disputas entre os distintos agentes envolvidos no contexto das “unidades dominadas”, que se engendram as condições para a constituição de tais unidades. Compreender a relação estabelecida entre “disciplinas”, “população”, “pedagógicos”, “educadores”, “diretores” e “funças” implica em renunciar à idéia de que estes agentes fazem parte de grupos radicalmente distintos. Neste sentido, os estudos encontrados em Montero (2006), ao tratar do encontro entre indígenas e missionários no Brasil, parecem-me sugestivos. Como afirma a autora, tais estudos voltam-se para “[...] índios e missionários em relação, ou, dito de outro modo, para o jogo contingente de suas relações sociais e simbólicas em um dado contexto” (2006:10). Trata-se de compreender “[...] como se produz histórica e socialmente a 'convergência de horizontes

simbólicos' entre grupos indígenas e missionários" (2006:23).

Nas "unidades dominadas", os "disciplinas" enfatizam "a igualdade" nas relações estabelecidas com a "população". Afirmam constantemente que são os únicos a praticar "o certo" dentro da instituição, exigem reconhecimento por parte de "diretores", "funças" e "pedagógicos" que, por sua vez, discorrem sobre as injustiças praticadas pelos "disciplinas" à "população". Acompanhar esses incessantes "encontros", que acontecem em locais específicos do espaço institucional, evidencia que os agentes envolvidos em tal contexto tomam decisões relativas às condutas que devem ser adotadas. Estratégias são mobilizadas⁸. Atentar para a relação estabelecida, na prática, entre os distintos agentes no contexto das "unidades dominadas", permite verificar que os interesses envolvidos indicam uma disputa por reconhecimento, pela imposição legítima de uma visão de mundo. Ao analisar a luta simbólica entre as diferentes classes sociais pela imposição de uma definição do mundo social conforme seus interesses, Pierre Bourdieu nota que "[...] está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social" (2007:12).

É importante salientar que a luta simbólica entre os agentes envolvidos no contexto das "unidades dominadas" aponta para a existência de um consenso, ou seja, é preciso um acordo em relação ao que está em disputa. É preciso que tais agentes estabeleçam uma prática de comunicação. Ao discorrer sobre as construções de sentido durante a interação entre índios e missionários, Paula Montero enfatiza que "[...] apesar da diversidade de 'línguas', os grupos em interação, naquilo que interessava à reprodução das relações de interação, desejavam (e precisavam) comunicar-se. Para tanto, tornava-se necessário produzir algum tipo de *acordo* sobre o sentido do que estava sendo dito. Ora, esse só poderia ser construído no espaço mesmo da interação, isto é, no processo de ajuste e expansão da experiência comum e no exercício comum da linguagem" (2006: 26)⁹.

A observação acerca das interações entre os agentes no contexto das "unidades dominadas" atesta para algumas categorias comuns mobilizadas por "disciplinas", "população", "pedagógicos", "educadores", "diretores" e "funças". São referentes que aparecem nos "*jogos de comunicação*" (Montero, 2006:27). O trecho abaixo, extraído de meu caderno de campo, refere-se a uma discussão entre dois adolescentes ("disciplinas") e uma educadora do setor pedagógico ("pedagógico"), no

⁸ Ao longo do mestrado procurarei investigar quais são, em que se baseiam e como são constituídas essas estratégias. O conceito de *habitus*, como sistematizado por Bourdieu (2007, cap.3), se apresenta como uma ferramenta teórica importante para tal proposta. Uma rápida análise sobre o conceito evidencia que as decisões tomadas pelos agentes em um contexto específico se baseiam em estratégias determinadas pela experiência prática. Estes fazem escolhas que vão ao encontro de seus interesses, determinados pelo *habitus*, sistema de disposições incorporadas que orienta os indivíduos para a ação e que implica a aceitação de formas de classificação reconhecidas pelos agentes.

⁹ É importante ressaltar que a noção de *acordo*, como enfatiza a própria autora, está vinculada à filosofia da linguagem de Wittgenstein. "Segundo o enunciado wittgensteiniano, o *acordo* resulta do aprendizado do uso de determinadas matrizes ou regras, elas mesmas condição de significação" (Paula Montero, 2006:26).

Complexo Raposo Tavares, em março de 2009:

Disciplina 1: “Aí senhora, se acha que é certo nossa família se revistada naquela salinha?”

Pedagógico: “Certo não foi você te feito o que você fez”.

Disciplina 2: “Ah senhora, faz favor hein. Mó humilhação. Queria vê se fosse um familiar seu”

Pedagógico: “Nunca seria porque sempre fiz o certo na minha vida”.

Disciplina 2: “E a senhora então acha que é certo a gente tá aqui dentro então nesse sofrimento”.

Pedagógico: “O Certo não é você pega esse livro aí pra fazer dobradura”.

Disciplina2: “O Certo não é os governante deixa nós aqui mofando senhora. Nós é que é o lado certo da vida errada”.

O diálogo acima parece sugestivo. Em diversas ocasiões pude acompanhar embates nos quais “disciplinas”, “população”, “pedagógicos”, “educadores”, “diretores” e “funças” entram em interação e disputam a definição de certas categorias de significação, em especial, “o certo”. Tais categorias surgem como referentes nos “jogos de comunicação” entre os distintos agentes (Montero, 2006:27). Neste sentido, parece-me que as categorias mobilizadas e disputadas pelos agentes envolvidos no contexto das “unidades dominadas”, ao colocar tais agentes em interação, apresentam-se como referentes que constituem uma convenção de significação.

Referências Bibliográficas

- ATTANÉ, Anne & LANGEWIESCHE, Katrin. “Reflexões metodológicas sobre os usos da fotografia na antropologia”. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, 21(2). 133-151, 2005.
- BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CLIFFORD, James. “Poder e diálogo na etnografia: iniciação de Marcel Griaule”. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998.
- GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 10(1), p. 155-165, 2000.
- MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006.